

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 6 | Nº 16 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4642839>



O ANTICOMUNISMO E O GOLPE DE 1964

Michel Goulart da Silva¹

Resumo

Discute-se neste ensaio as representações anticomunistas no contexto do golpe de 1964. O objetivo deste texto é demonstrar a relação dessas representações com as ações políticas golpistas. Para tanto, são analisados documentos do período, bem como pesquisa realizadas acerca do tema.

Palavras chave: Anticomunismo. Golpe. Representações.

Abstract

This essay is discussed as anti-communist representations in the context of the 1964 coup. The purpose of this text is to demonstrate the relationship of these representations with the coup political actions. For that, they are documents of the period, as well as research carried out on the theme.

Keywords: Anti-communism. Coup. Representations.

O perigo comunista continua a fazer parte da retórica dos setores mais reacionários da sociedade, mesmo passados tantos anos desde o fim da União Soviética. No Brasil, ao longo do século XX, diferentes formas de ideologias conservadoras foram elaboradas e reelaboradas, apresentando na maior parte das vezes o comunismo como um grande e temível inimigo, que estaria sempre pronto a pôr fim à “ordem” e ao “progresso” cristão e democrático. No contexto do golpe de 1964 se afirmava que “os vermelhos tinham introduzido toneladas de munição por contrabando, havia guerrilheiros bem adestrados, os escalões inferiores das Forças Armadas estavam infiltrados, planos pormenorizados estavam prontos para a apropriação do poder” (HALL, 1978, p. 6).

Esse imaginário anticomunista, presente na sociedade brasileira no início da década de 1960 e em vários outros momentos, foi expresso por um conjunto de imagens e representações pejorativas acerca de um suposto mundo comunista. Inclusive, muitas dessas representações, mobilizadas no contexto do golpe civil-militar de 1964, apresentam um forte tom religioso, associando moral cristã, modelo democrático ocidental e sistema econômico capitalista. Segundo essas representações anticomunistas,

a ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta levaria ao pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua como docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Email: michelgsilva@yahoo.com.br



acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas (MOTTA, 2002, p. 48).

Depois de 1964, com implantação da ditadura civil-militar, a perseguição à esquerda se intensificou, realizando-se uma política de desestruturação dos partidos e demais grupos políticos marxistas (FICO, 2001). Os discursos anticomunistas, incrementados pelas disputas políticas da Guerra Fria, chegaram à década de 1960 evidenciando a permanência de símbolos e representações negativas acerca do comunismo no imaginário conservador. Reelaborados nesse novo contexto, “em grande medida, as representações anticomunistas divulgadas significavam uma continuidade com a tradição iniciada logo após os eventos de 1917 e consolidada na década de 1930” (MOTTA, 2002, p. 243). Na década de 1960 foram recuperados os temas clássicos do repertório anticomunista, “como as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo à imagem do mal (demônios, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado” (MOTTA, 2002, p. 243-244).

O imaginário anticomunista assumiu diferentes características, durante o século XX, marcado pelas particularidades dos grupos e lugares sociais em que foi elaborado e reelaborado, sendo possível até mesmo falar vários em “anticomunismos”. Para Rodrigo Motta (2002, p. 15),

o anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a homogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum.

De forma geral, pode-se definir como matrizes para o anticomunismo no Brasil, entre outras, o catolicismo e o nacionalismo. Para as lideranças católicas, o comunismo era um inimigo irreconciliável e um desafio à sobrevivência da religião. O comunismo, segundo eles, “seria apenas o inimigo mais recente, para uma instituição que se sentia acostumada a grandes desafios e se imaginava vítima da perseguição dos adversários de Deus” (MOTTA, 2002, p. 18). Quanto à matriz nacionalista, ela apresentava o comunismo como “o inimigo, o estrangeiro, o ‘outro’ que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional” (MOTTA, 2002, p. 31). Os nacionalistas entendiam que “o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao Estado soviético eram atitudes inaceitáveis”, devendo a defesa da nação e da unidade nacional “estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais ser suplantados por uma ordem internacional” (MOTTA, 2002, p. 32).

Essa matriz nacionalista, reelaborada durante o século XX, manifestou-se no conceito de “inimigo interno” (FAGUNDES, 2019), presente na doutrina militar elaborada pela Escola Superior de



Guerra (ESG). Segundo Enrique Padrós (2005, p. 25), a doutrina difundida pelos militares apontava para a existência de um “estado de guerra permanente”, contra o suposto “inimigo interno”, que poderia ser toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente. Nesse sentido, o perigo é identificado nas “ideologias estranhas”, externas, diferentes das locais, fazendo com que os cidadãos identificados internamente com essas “ideologias” fossem “tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional, uma vez que não compartilhavam nem defendiam a tradição política (da elite) local” (PADRÓS, 2008, p. 144). Dessa forma, “o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado ‘subversivo’, inimigo e, na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e não tem direito de pertencer à nação” (PADRÓS, 2008, p. 144).

Essas diferentes matrizes das representações anticomunistas aparecem na ditadura civil-militar, iniciada em 1964, e no próprio contexto de preparação do golpe. Em editorial de 18 de março de 1964, em resposta ao Comício da central, em que João Goulart apontava para um aprofundamento nas reformas de base, o jornal *Estado de Minas* afirmava:

O povo brasileiro está convocado a fazer uma grave opção: a democracia ou o comunismo. Não adianta querer mais mascarar a realidade. Chegamos já a uma etapa muito avançada para as contemporizações. Daqui para a frente, as coisas se precipitarão fulminantemente (ESTADO DE MINAS, 1966).

3

Em outro documento, que circulava na mesma época, às vésperas do golpe, afirmava-se que

se não acautelarmos, se não adotarmos medidas severas para impedir o triunfo da Guerra Revolucionária contra nós lançada, dentro em pouco a nossa Pátria se verá a braços com uma revolução de consequências imprevisíveis, capaz de quebrar a unidade nacional e de destruir o inestimável patrimônio que herdamos das gerações passadas (BRASIL, 1964, p. 27).

Esses dois fragmentos acentuam representações que manifestam principalmente a matriz nacionalista do anticomunismo. No primeiro fragmento destaca-se o antagonismo entre democracia e comunismo, ou seja, entre os dois polos em disputa na Guerra Fria, a União Soviética e os Estados Unidos (SILVA, 2013). No pensamento geopolítico dessa conjuntura, influenciado pela doutrina elaborada pela ESG, em grande medida compartilhado pelo imaginário social marcado pela Guerra Fria, era constante “a vinculação que se faz entre a segurança nacional e a segurança do mundo ocidental, mais precisamente ligado à liderança dos Estados Unidos” (MIYAMOTO, 1995, p. 95). No segundo fragmento se percebe a defesa de uma “unidade nacional”, entendida em grande medida como coesão da sociedade, ameaçada por forças externas e perigosas à Nação que se propõe defender (SILVA, 2011).



Outro elemento do anticomunismo se manifestava no contexto do golpe de 1964 passava pelos discursos dos grupos religiosos ou de mulheres. Em discurso pronunciado durante a realização em Florianópolis da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 17 de abril de 1964, e posteriormente difundido pela imprensa, Edith Gama Ramos, então primeira-dama de Santa Catarina e uma das líderes locais da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), congratulava-se com a vitória do movimento civil-militar que dias antes havia derrubado o presidente João Goulart (SILVA, 2014). Nesse discurso, Ramos se colocando no papel de “mãe cristã e de esposa do Governador do Estado”, exaltava o “povo que não nasceu para escravo, porque soube criar, em quatro séculos, um processo inteiro e autêntico de civilização”. No final do discurso, dirigindo-se às mulheres de Santa Catarina, afirmava “que as minhas, sejam, também, as vossas preces, para que ilumine nosso eminente Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a quem o Brasil, neste instante, confiou a salvaguarda de suas tradições cristãs e democráticas” (O ESTADO, 1964, p. 11).

Nesse discurso são articuladas figuras religiosas, em torno da defesa da família, na medida em que enunciados por uma mulher, apresentada exemplo de honra e moral, e que, enquanto mãe, tinha importante tarefa a cumprir em defesa da pátria ameaçada pela subversão comunista. Segundo Solange Simões (1985, p. 42), “o objetivo central manifesto daqueles grupos femininos era a luta pelos valores cristãos e pela democracia. Falavam também em defesa da liberdade, das conquistas do regime democrático e do seu contínuo aperfeiçoamento”. Por outro lado, ressalta-se a nacionalidade brasileira, construída a partir de certa ideia de heroísmo e de luta contra diferentes formas de opressão. Naquela conjuntura, a luta era contra o comunismo, “insistentemente apresentado como o regime da violência e do terror” (SIMÕES, 1985, p. 55).

Percebe-se, portanto, que no contexto do golpe de 1964, mobilizou-se um conjunto de imagens acerca do comunismo, a partir de elementos do imaginário anticomunista elaborado e reelaborado ao longo do século XX. No caso da década de 1960, essas representações anticomunistas foram mobilizadas por meio da militância política, atraindo setores de classe média para organizações de diferentes naturezas, cujo objetivo passava por neutralizar as atividades políticas consideradas subversivas e destruir as organizações comunistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Pedro. **Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964.



ESTADO DE MINAS. “A sorte está lançada (editorial)”. **Estado de Minas** [18/03/1964]. *In: A revolução de 31 de março*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

FAGUNDES, Flávia Carolina de Resende. **Políticas de Segurança e Defesa nas Fronteiras Internacionais do Brasil**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HALL, Clarence. W. **A nação que se salvou a si mesma**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995.

O ESTADO. “A palavra da primeira-dama do estado”. **O Estado** [19/04/1964]. Florianópolis: O Estado, 1964.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar (Tese de Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. *In: FICO, Carlos et al. (orgs.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVA, Michel Goulart da. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, n. 10, 2013.

SILVA, Michel Goulart da. “O golpe de 1964 e a atuação política da Campanha da Mulher pela Democracia em Santa Catarina”. **Espaço Acadêmico**, vol. 14, n. 159, 2014.

SILVA, Michel Goulart da. “Os militares brasileiros e a ‘grande mentira’”. *In: SOUSA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart da. (orgs.). Ditadura, repressão e conservadorismo*. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2011.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 6 | Nº 16 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima